

PANORAMA HISTÓRICO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: EVOLUÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

HISTORICAL OVERVIEW OF THE PHYSICAL AND MENTAL HEALTH OF HEALTHCARE PROFESSIONALS: THE EVOLUTION OF HEALTH WORK AND CONTEMPORARY CHALLENGES

Junamappe da Silva Cardoso Mendes¹

RESUMO: O trabalho em saúde constitui uma atividade essencial à produção do cuidado e à proteção da vida, mas também envolve diferentes riscos e exigências que podem repercutir sobre a saúde dos profissionais. Este ensaio teve como objetivo analisar a evolução histórica do trabalho em saúde e suas repercussões sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, discutindo fatores de risco ocupacional, desafios contemporâneos e estratégias de promoção e proteção à saúde. Trata-se de um ensaio acadêmico de natureza reflexiva, analítica e crítica, fundamentado em artigos científicos, livros, documentos institucionais e normativos relacionados à saúde do trabalhador, organização do trabalho em saúde, riscos ocupacionais e saúde mental. A discussão foi organizada em três eixos: evolução histórica do trabalho em saúde e suas transformações; fatores de risco e repercussões na saúde física e mental; e desafios contemporâneos e perspectivas para a promoção da saúde dos trabalhadores. A análise evidencia que os avanços científicos, tecnológicos e organizacionais ampliaram as possibilidades de cuidado, mas também complexificaram os processos de trabalho e mantiveram ou produziram novos riscos ocupacionais. Sobrecarga, jornadas extensas, precarização, fatores psicossociais e mudanças tecnológicas podem contribuir para o desgaste físico e mental. Conclui-se que a proteção dos trabalhadores exige ações que ultrapassem estratégias individuais, envolvendo políticas públicas, organização adequada do trabalho, educação permanente, apoio psicossocial, ambientes seguros e valorização profissional.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Trabalho em Saúde. Saúde Mental. Riscos Ocupacionais.

¹ Enfermeira em saúde mental - Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT: Health work is essential to the provision of care and the protection of life, but it also involves different risks and demands that may affect workers' health. This essay aimed to analyze the historical evolution of health work and its repercussions on the physical and mental health of health workers, discussing occupational risk factors, contemporary challenges, and strategies for health promotion and protection. This is a reflective, analytical, and critical academic essay based on scientific articles, books, institutional documents, and regulations addressing workers' health, the organization of health work, occupational risks, and mental health. The discussion was organized into three main axes: the historical evolution and transformations of health work; risk factors and their repercussions on workers' physical and mental health; and contemporary challenges and perspectives for workers' health promotion. The analysis indicates that scientific, technological, and organizational advances have expanded healthcare possibilities while also increasing the complexity of work processes and maintaining or creating new occupational risks. Work overload, long working hours, precarious employment, psychosocial factors, and technological changes may contribute to physical and mental exhaustion. It is concluded that worker protection requires actions that go beyond individual strategies, involving public policies, adequate work organization, continuing education, psychosocial support, safe work environments, and professional recognition.

Keywords: Occupational Health. Health Work. Mental Health. Occupational Risks.

INTRODUÇÃO

O trabalho em saúde constitui uma atividade essencial à vida social, envolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e proteção da saúde individual e coletiva. Mais do que a execução de procedimentos técnicos, trata-se de um processo marcado por relações entre trabalhadores, usuários, famílias e comunidades, tendo o cuidado e a defesa da vida como elementos centrais (Merhy; Franco, 2008).

Ao longo da história, esse trabalho passou por transformações relacionadas ao desenvolvimento científico, à profissionalização das práticas, à expansão dos serviços e às mudanças na organização dos sistemas de saúde.

Essas transformações ampliaram as possibilidades de cuidado, mas também modificaram as condições e exigências impostas aos profissionais. A saúde do trabalhador passou a ser compreendida de maneira mais ampla, considerando não apenas os riscos ocupacionais isolados, mas também a organização, as condições e as relações que estruturam o trabalho (Jackson Filho et al., 2015). No cenário contemporâneo, a digitalização dos serviços acrescenta novas mudanças aos processos de trabalho e às competências exigidas dos profissionais (Rodrigues et al., 2025).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a saúde como direito de todos e dever do Estado, dando origem a uma nova organização das ações e serviços de saúde. A

regulamentação do Sistema Único de Saúde pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 ampliou a responsabilidade pública sobre a saúde e fortaleceu uma concepção de atenção orientada pela universalidade, integralidade e participação social (Brasil, 1988; Brasil, 1990a; Brasil, 1990b).

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo analisar a evolução histórica do trabalho em saúde e suas repercussões sobre a saúde física e mental dos profissionais, discutindo os principais fatores de risco ocupacional, os agravos relacionados ao trabalho e os desafios contemporâneos para a proteção desses trabalhadores. Busca-se, ainda, refletir sobre estratégias de promoção da saúde, prevenção de riscos, valorização profissional e construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, considerando que a proteção de quem trabalha nos serviços de saúde constitui elemento importante para a qualidade da assistência e a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um ensaio acadêmico de natureza reflexiva, analítica e crítica, desenvolvido a partir da discussão de referenciais teóricos e evidências científicas sobre a saúde física e mental dos profissionais de saúde no Brasil, com ênfase na evolução do trabalho em saúde, nos riscos ocupacionais e nos desafios contemporâneos relacionados às condições laborais.

3

Para a construção da discussão, foram considerados artigos científicos, livros, documentos institucionais e normativos relacionados à saúde do trabalhador, saúde ocupacional e mental, organização do trabalho em saúde, riscos ocupacionais, estresse, síndrome de burnout e políticas públicas de proteção aos profissionais. Também foram consultados documentos de organismos nacionais e internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde do Brasil.

A análise foi organizada em três eixos temáticos: evolução histórica do trabalho em saúde e suas transformações; fatores de risco e repercussões na saúde física e mental dos profissionais; e desafios contemporâneos e perspectivas para a promoção da saúde dos trabalhadores. A discussão buscou articular diferentes perspectivas da literatura, relacionando as transformações dos processos de trabalho às condições de saúde dos profissionais e às estratégias de prevenção e proteção.

Por se tratar de um ensaio acadêmico, não se pretendeu realizar uma revisão sistemática da literatura, mas desenvolver uma reflexão fundamentada e crítica sobre os processos históricos, as condições de trabalho e os desafios que atravessam a saúde física e mental dos profissionais de saúde.

DISCUSSÃO

A discussão aborda as transformações do trabalho em saúde e seus impactos na saúde física e mental dos profissionais, considerando os principais riscos ocupacionais, desafios contemporâneos e estratégias de promoção e proteção à saúde dos trabalhadores.

1. Evolução histórica do trabalho em saúde e suas transformações

Compreender o trabalho em saúde exige ultrapassar uma concepção restrita às atividades clínicas e assistenciais, reconhecendo-o como processo social e coletivo voltado à produção do cuidado e à defesa da vida. Para Merhy e Franco (2008), seu objeto central envolve as necessidades de saúde de indivíduos e coletividades, de modo que o cuidado constitui elemento fundamental da produção em saúde.

Essa perspectiva evidencia que o trabalho em saúde não se reduz à execução de procedimentos técnicos. Ele envolve relações entre trabalhadores, usuários, famílias e comunidades, articulando conhecimentos científicos, tecnologias, comunicação, vínculo e tomada de decisões. As transformações digitais contemporâneas também modificam essas relações e reorganizam processos e instrumentos de trabalho (Rodrigues et al., 2025).

A relação entre trabalho e saúde também passou por mudanças conceituais importantes. Jackson Filho et al. (2015) destacam a passagem de uma abordagem centrada na segurança e na medicina do trabalho para uma perspectiva ampliada de Saúde do Trabalhador, na qual o profissional é compreendido em sua relação com os processos, as condições e a organização do trabalho.

Historicamente, as práticas de cuidado estavam associadas a conhecimentos tradicionais, religiosos, familiares e comunitários. Com o desenvolvimento científico e a institucionalização dos serviços, essas práticas adquiriram caráter progressivamente especializado, ampliando as possibilidades de prevenção, diagnóstico e tratamento e produzindo novas formas de organização do trabalho (Freire; Silva; Brito, 2025; Pereira et al., 2025).

A consolidação dos hospitais como espaços de assistência, ensino e pesquisa representou uma transformação importante nesse processo (Biazoto, 2026; Oliveira, 2024). Entre os séculos XVIII e XIX, o avanço da anatomia, fisiologia, microbiologia, farmacologia e epidemiologia favoreceu a profissionalização das atividades de saúde e a institucionalização de diferentes campos profissionais (Felicielo, 2025; Sousa, 2025).

A enfermagem acompanhou esse processo por meio da sistematização das práticas de cuidado, da formação institucionalizada e da definição progressiva de competências. Com isso, a divisão do trabalho em saúde tornou-se mais complexa, envolvendo diferentes categorias e níveis crescentes de especialização (Padilha; Borenstein, 2025; Almeida et al., 2022).

A industrialização e a urbanização intensificaram essas transformações ao ampliar a concentração populacional, as demandas por serviços e os problemas sanitários. Nesse cenário, a saúde pública ganhou importância, enquanto os hospitais se expandiram e incorporaram novas tecnologias, tornando-se organizações cada vez mais complexas (Bastos; Freitas; Fadel, 2025; Fonseca, 2023).

A expansão hospitalar modificou o processo de trabalho por meio da maior divisão e especialização das tarefas e da articulação entre diferentes áreas. Embora tenha ampliado as possibilidades de intervenção, esse modelo também esteve associado à sobrecarga física e emocional e à exposição a diferentes riscos ocupacionais (Martins, 2023; Heimann et al., 2024).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a saúde como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo as bases do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei nº 8.080/1990 regulamentou a organização das ações e serviços de saúde, enquanto a Lei nº 8.142/1990 regulamentou a participação da comunidade na gestão do sistema e as transferências intergovernamentais de recursos (Brasil, 1990a; Brasil, 1990b).

A expansão do SUS modificou o trabalho em saúde ao ampliar a atenção primária, a vigilância, as ações de promoção e prevenção e a assistência em diferentes níveis de complexidade. Esse processo fortaleceu o trabalho multiprofissional e a articulação entre serviços e territórios, ampliando a atuação para além da lógica predominantemente hospitalar (Ferreira; Ferreira, 2023).

A Atenção Primária à Saúde, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família, expressa essa transformação ao aproximar profissionais, usuários, famílias e comunidades. O modelo exige competências relacionadas à comunicação, ao trabalho em equipe e à compreensão dos determinantes sociais da saúde (Fausto; Matta, 2007). Entretanto, a ampliação das

responsabilidades convive com desigualdades territoriais, demanda crescente e limitações de recursos, fatores que podem repercutir sobre a saúde dos trabalhadores (Mendonça et al., 2026).

Paralelamente, o desenvolvimento tecnológico modificou os processos de trabalho mediante a incorporação de equipamentos diagnósticos, sistemas informatizados, prontuários eletrônicos e tecnologias de comunicação. Mais recentemente, telemedicina, inteligência artificial e análise de dados passaram a ampliar as possibilidades de assistência e gestão (Rodrigues et al., 2025).

A tecnologia, contudo, não produz automaticamente melhores condições laborais. Sua incorporação pode modificar ritmos, tarefas, competências e relações entre profissionais e usuários, além de exigir atualização contínua e adaptação a novos sistemas. Assim, os efeitos da transformação digital dependem também da forma como os recursos são implementados e integrados à organização do trabalho (Cavalcante et al., 2018; Mélo et al., 2024; Rodrigues et al., 2025).

Além disso, avanços científicos e tecnológicos coexistem com problemas como jornadas extensas, insuficiência de recursos humanos, vínculos diversificados e pressão por produtividade. Bernardes, Campos e Bertolozzi (2025) destacam que as transformações nas relações de trabalho podem repercutir sobre a proteção e a saúde dos trabalhadores, demonstrando que a modernização dos serviços não elimina, por si só, problemas históricos relacionados às condições laborais.

6

A trajetória do trabalho em saúde revela, portanto, um processo marcado pela ampliação das capacidades científicas, profissionais e tecnológicas, acompanhado pela crescente complexidade das demandas laborais. Os desafios atuais resultam, em parte, dessa trajetória e reforçam a necessidade de articular inovação e qualidade assistencial a condições de trabalho que protejam e valorizem os profissionais.

2. Fatores de risco e repercussões na saúde física e mental dos profissionais de saúde

As transformações do trabalho em saúde ampliaram as possibilidades de cuidado, mas também mantiveram e produziram diferentes formas de exposição ocupacional. Os profissionais podem estar sujeitos a riscos físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e psicossociais, frequentemente associados a elevadas demandas técnicas, físicas e emocionais (Duarte et al., 2023).

Entre os riscos biológicos, destacam-se o contato com sangue, secreções, aerossóis e outros materiais potencialmente contaminados. Estudos em unidades de oncologia evidenciam exposições químicas e biológicas no cotidiano da enfermagem, reforçando a importância da biossegurança (Santos; Santos, 2025). Já os riscos físicos incluem ruído, radiações, temperaturas inadequadas e outras condições ambientais, cuja prevenção depende de medidas de segurança específicas (Lima; Migani, 2022).

Os riscos químicos estão relacionados ao contato com medicamentos, produtos de limpeza, substâncias utilizadas na desinfecção e materiais laboratoriais. Preparo, utilização, armazenamento e descarte inadequados podem ampliar essas exposições, tornando necessários treinamento, equipamentos de proteção e gerenciamento adequado dos resíduos (Santos et al., 2022).

Os riscos ergonômicos envolvem movimentação de pacientes, posturas prolongadas, movimentos repetitivos e inadequação de equipamentos. Esses fatores podem favorecer o desgaste musculoesquelético, especialmente quando associados à sobrecarga e à insuficiência de trabalhadores (Oliveira et al., 2025). Somam-se os riscos psicossociais, relacionados à elevada demanda, conflitos, violência, insegurança laboral e falta de reconhecimento (Silva et al., 2026).

A organização do trabalho exerce influência importante nesse processo. Dimensionamento das equipes, distribuição das tarefas, autonomia, relações hierárquicas e disponibilidade de recursos podem favorecer ou dificultar a realização das atividades. Nesse cenário, jornadas extensas, múltiplos vínculos e violência laboral podem intensificar a fadiga e o sofrimento dos trabalhadores (Oliveira; Silva, 2023; Silva, 2025).

Esses elementos demonstram que o adoecimento relacionado ao trabalho não deve ser atribuído exclusivamente à capacidade individual de enfrentamento. As condições concretas em que as atividades são realizadas podem produzir ou intensificar riscos, indicando que a prevenção precisa contemplar tanto os trabalhadores quanto a organização dos serviços.

Entre as repercussões sobre a saúde mental destaca-se o estresse ocupacional, associado a situações de urgência, elevada responsabilidade, sofrimento de pacientes e familiares e necessidade de decisões rápidas. Carvalho et al. (2025) identificam relações entre condições de trabalho, estresse ocupacional e ansiedade entre profissionais da saúde.

A ansiedade também pode estar relacionada a contextos de pressão, incerteza e exposição a situações críticas. Entretanto, a relação entre trabalho e saúde mental é multifatorial, envolvendo aspectos individuais, sociais e econômicos. Mendes, Sobral e Moraes (2023) e

Oliveira et al. (2026) reforçam a importância de considerar as características do contexto laboral na análise do sofrimento psíquico.

A depressão constitui outro agravamento relevante. Freres et al. (2026), ao investigarem profissionais de unidades de pronto atendimento, discutem fatores associados à depressão e ao burnout, evidenciando a importância das condições de trabalho. Apesar disso, a depressão não deve ser explicada exclusivamente pelo ambiente laboral, sendo fundamental considerar sua natureza multifatorial e a necessidade de apoio adequado (Almeida Marques et al., 2025).

A síndrome de burnout apresenta relação específica com o contexto ocupacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde, na CID-11, trata-se de um fenômeno decorrente do estresse crônico no trabalho que não foi gerenciado com sucesso, envolvendo exaustão, distanciamento mental ou sentimentos negativos em relação ao trabalho e redução da eficácia profissional (OMS, 2019). Entre profissionais de saúde, sua ocorrência ganha relevância diante das elevadas demandas e responsabilidades presentes no cuidado (Nascimento et al., 2025).

Os impactos desses fatores ultrapassam a dimensão individual e podem atingir a qualidade de vida, o desempenho profissional e a segurança do paciente. Fadiga, sofrimento psíquico e dificuldade de concentração podem interferir nas atividades, sobretudo em serviços que exigem atenção contínua. Estudos sobre burnout entre profissionais de enfermagem reforçam a importância das condições de trabalho para a qualidade e a segurança da assistência (Alves; Souza; Martins, 2022).

O adoecimento também pode contribuir para afastamentos, absenteísmo, presenteísmo e rotatividade, aumentando a pressão sobre as equipes e favorecendo novos processos de sobrecarga. Por isso, a promoção da saúde física e mental deve envolver trabalhadores, gestores, instituições e políticas públicas, articulando prevenção de riscos, organização adequada das jornadas, dimensionamento das equipes, comunicação e apoio psicossocial.

Os problemas de saúde dos profissionais, portanto, não devem ser compreendidos apenas como resultado de fragilidades individuais. As condições e a organização do trabalho participam da produção de saúde e adoecimento, tornando necessária uma abordagem que articule proteção ocupacional, saúde mental, qualidade da assistência e segurança do paciente.

3. Desafios contemporâneos e perspectivas para a promoção da saúde dos trabalhadores

Os desafios atuais do trabalho em saúde envolvem tanto os riscos ocupacionais quanto as transformações nas relações e na organização do trabalho. Precarização dos vínculos,

intensificação das atividades, pressão por produtividade e escassez de profissionais podem ampliar a vulnerabilidade dos trabalhadores, exigindo políticas de proteção que considerem as condições concretas em que o trabalho é realizado (Bernardes; Campos; Bertolozzi, 2025).

A sobrecarga das equipes também reduz as possibilidades de descanso e recuperação. Ferreira et al. (2024), ao analisarem a prevenção de riscos e agravos entre trabalhadores hospitalares, destacam a importância de compreender o trabalho em sua dinâmica e de considerar os elementos organizacionais envolvidos na produção dos riscos.

A pandemia de COVID-19 tornou ainda mais evidente essa vulnerabilidade, diante da exposição ao risco biológico, do aumento da demanda, das mudanças nos processos de trabalho e da pressão emocional. A experiência reforçou a necessidade de estratégias permanentes de preparação e proteção, incluindo medidas preventivas como a vacinação dos profissionais de saúde (Pastrana; Serra, 2022).

As transformações digitais constituem outro desafio. A incorporação de tecnologias modifica instrumentos, fluxos, competências e formas de organização das atividades. Rodrigues et al. (2025) ressaltam que a digitalização deve ser analisada para além da simples introdução de ferramentas, considerando seus efeitos sobre o próprio processo de trabalho.

A tecnologia pode ampliar possibilidades de cuidado e gestão, mas seus benefícios dependem de infraestrutura, capacitação, suporte institucional e participação dos trabalhadores. Sem essas condições, a inovação pode acrescentar novas demandas e formas de intensificação do trabalho (Rodrigues et al., 2025).

No campo das políticas públicas, a Saúde do Trabalhador precisa estar articulada às ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência. Na Atenção Primária à Saúde, essa perspectiva ganha relevância pela proximidade com os territórios e suas necessidades, fortalecendo ações voltadas à promoção da saúde dos trabalhadores (De Checchi Ambrozio; Fonseca; Nunes, 2024).

A construção de ambientes de trabalho saudáveis depende também da participação dos profissionais na identificação dos riscos e na definição das estratégias de prevenção. Segurança, comunicação, relações respeitosas, reconhecimento e organização adequada das atividades devem integrar a gestão dos serviços, e não ser tratados como ações isoladas (Alves; Silveira, 2022).

A educação permanente contribui para esse processo ao articular conhecimento técnico e experiência profissional na discussão dos problemas cotidianos. Mais do que capacitações

pontuais, pode favorecer a reflexão sobre os processos de trabalho e a construção coletiva de soluções, fortalecendo a capacidade das equipes de reconhecer e enfrentar situações de risco.

Na saúde mental, as estratégias institucionais também precisam ultrapassar o enfrentamento individual. A revisão de Santos et al. (2023) sobre promoção da saúde mental na enfermagem hospitalar reforça a importância de ações relacionadas ao ambiente e à organização do trabalho.

A prevenção da síndrome de burnout constitui uma dessas estratégias. Lopes et al. (2022) destacam a importância de intervenções voltadas à redução dos fatores de risco, enquanto Santos et al. (2024) ressaltam a necessidade de considerar a interação entre características do trabalho e recursos disponíveis para enfrentá-las.

A abordagem interdisciplinar também pode ampliar as possibilidades de prevenção. Lima Santos et al. (2026) destacam estratégias que envolvem diferentes profissionais e setores, especialmente quando associadas à identificação precoce do sofrimento e à criação de redes institucionais de apoio. Machado et al. (2024), por sua vez, reforçam a importância de incorporar o manejo do burnout às estratégias de gestão dos serviços.

Essas evidências indicam que programas de saúde mental não devem ser reduzidos a ações individuais de autocuidado. Orientações sobre resiliência e manejo do estresse podem contribuir para o bem-estar, mas são insuficientes quando permanecem jornadas excessivas, equipes reduzidas, vínculos precários ou condições inadequadas de trabalho. A prevenção precisa alcançar também os fatores organizacionais que produzem sofrimento.

A valorização profissional integra esse processo. Ela envolve reconhecimento, condições adequadas de trabalho, oportunidades de desenvolvimento, participação nas decisões e proteção à saúde. Sob essa perspectiva, valorizar os trabalhadores não representa apenas uma medida de bem-estar individual, mas também uma estratégia para fortalecer a qualidade e a sustentabilidade dos serviços.

Promover a saúde dos trabalhadores exige, portanto, uma abordagem integrada que articule prevenção de riscos, políticas públicas, educação permanente, saúde mental, inovação responsável e melhoria das condições laborais. A proteção não pode depender exclusivamente da capacidade individual de adaptação, mas deve envolver mudanças nos processos e ambientes de trabalho.

Cuidar de quem cuida constitui, assim, parte da própria qualidade do trabalho em saúde. A proteção dos profissionais contribui para melhores condições de assistência, maior segurança

dos pacientes e sustentabilidade dos serviços, reafirmando que a saúde do trabalhador deve ocupar lugar central na organização dos sistemas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que o trabalho em saúde passou por profundas transformações decorrentes do desenvolvimento científico, da profissionalização, da expansão dos serviços, das políticas públicas e da incorporação tecnológica. Esses avanços ampliaram as possibilidades de cuidado, mas também tornaram o trabalho mais complexo e produziram novas exigências físicas, cognitivas e emocionais para os profissionais.

Os trabalhadores permanecem expostos a riscos físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e psicossociais, associados também à sobrecarga, às jornadas extensas, à insuficiência de recursos e às condições organizacionais. Essas circunstâncias podem repercutir sobre a saúde física e mental e contribuir para estresse, ansiedade, depressão e burnout. No contexto brasileiro, o SUS representa importante conquista, mas sua consolidação também exige condições adequadas para os profissionais que sustentam cotidianamente seus serviços.

Os desafios contemporâneos, como precarização do trabalho, intensificação das atividades, transformações tecnológicas e repercussões da pandemia de COVID-19, reforçam a necessidade de políticas permanentes de proteção. A promoção da saúde não pode depender apenas de estratégias individuais, devendo incluir prevenção de riscos, dimensionamento adequado das equipes, educação permanente, apoio psicossocial, ambientes seguros e participação dos trabalhadores nas decisões.

Conclui-se que não é possível construir sistemas de saúde fortes, seguros e humanizados sem garantir condições adequadas para aqueles que neles trabalham. A valorização profissional e a proteção da saúde física e mental devem ser compreendidas como componentes da qualidade da assistência, da segurança do paciente e da sustentabilidade dos serviços. Nesse sentido, cuidar de quem cuida constitui uma responsabilidade ética e uma estratégia fundamental para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. Olhares sobre a interdisciplinaridade na história da enfermagem: contextos e perspectivas globais. In: PERES, M. A. A.; PADILHA, M. I.; SANTOS, T. C. F. et al. Potencial interdisciplinar da enfermagem: histórias para refletir sobre o tempo presente. Brasília, DF: Editora ABEn, 2022. p. 8-20.

ALMEIDA MARQUES, Rayanne Gregório et al. Saúde mental e síndrome de burnout entre trabalhadores da saúde: panorama atual e repercussões assistenciais. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 11, p. 1260-1274, 2025.

ALVES, Júlio Cezar Silva; SOUZA, Natália Inácio; MARTINS, Wesley. Síndrome de Burnout e saúde mental de profissionais da enfermagem na pandemia de Covid-19. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, p. e57911831360-e57911831360, 2022.

ALVES, Winícius de Carvalho; SILVEIRA, Rosemary Silva da. A importância da segurança dos trabalhadores de enfermagem no ambiente de trabalho na prevenção dos riscos ocupacionais. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, p. e5711527811-e5711527811, 2022.

BASTOS, Claudia Regina Biancato; FREITAS, Marco Antônio da Silva; FADEL, Cristina Berger. Enfermagem e o desenvolvimento industrial: impactos na saúde e sustentabilidade. *Revista Recien – Revista Científica de Enfermagem*, v. 15, n. 43, p. 12-17, 2025.

BERNARDES, Rebeca Camille; CAMPOS, Célia Maria Sivalli; BERTOLOZZI, Maria Rita. Precarização do trabalho na saúde e impactos da Reforma Trabalhista na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: uma revisão de escopo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 50, p. e30, 2025.

BIAZOTO, Nathalia Marques. Orientações médicas voltadas à infância e à maternidade no início dos séculos XX e XXI. 2026. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 31 dez. 1990.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra et al. Informatização da atenção básica à saúde: avanços e desafios. *Cogitare Enfermagem*, v. 23, n. 3, 2018.

CARVALHO, Ana Luisa Gordiano et al. Saúde mental: fatores associados ao estresse ocupacional e ansiedade entre profissionais da saúde. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 5, p. 259-268, 2025.

DE CHECCHI AMBROZIO, Andréa Machado; FONSECA, Guilherme Augusto Lima; NUNES, Caroline Jonas Rezaghi Ricomini. A promoção da saúde do trabalhador na atenção primária à saúde. *Health Residencies Journal*, v. 5, n. 26, 2024.

DE LIMA SANTOS, Juliana Salvador et al. Estratégias interdisciplinares para prevenção de Burnout em profissionais da saúde: revisão integrativa. *Nursing Edição Brasileira*, v. 31, n. 332, p. 12786-12797, 2026.

DE LIMA, Erick Michel; MIGANI, Eric José. As consequências da inobservância da NR-32: saúde e segurança do trabalho nos estabelecimentos de saúde. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 3, p. 1195-1213, 2022.

DE OLIVEIRA SANTOS, Evelyn Ever; DOS SANTOS, Carlos Oliveira. Riscos ocupacionais em unidades de oncologia: avaliação da exposição a agentes químicos e biológicos para enfermagem. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 11, p. 9413-9433, 2025.

DE OLIVEIRA, Letícia Nunes et al. Estresse ocupacional em enfermeiros atuantes em cuidados paliativos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2026.

DUARTE, Thiali Lemos et al. A importância da classificação de risco nos serviços de urgência e emergência. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 5, p. 5849-5858, 2023.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; MATTA, Gustavo Corrêa. Atenção Primária à Saúde: histórico e perspectivas. In: MOROSINI, Márcia Valéria G. C. (org.). *Modelos de atenção e a Saúde da Família*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 43-67.

FELICIELLO, Domenico. *Ensino Médico no Brasil Império e Organização do Campo da Saúde*. Viseu, 2025.

13

FERREIRA, Beatriz Eliseu et al. Prevenção de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores hospitalares à luz da Teoria da Atividade Histórico-Cultural. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e12892022, 2024.

FERREIRA, Gustavo Assed; FERREIRA, Carolina Assed. O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro: trajetória e perspectivas. *Revista de Direito e Desenvolvimento*, v. 32, n. 59, p. e11861, 2023.

FONSECA, Maciel Antonio Silveira. *Urbanização, saúde pública e sanitarianismo: a luta contra a tuberculose em Juiz de Fora (1882-1941)*. 2023.

FREIRE, Júlio César Guimarães; SILVA, Sílvia Lanzotti Azevedo da; BRITO, Geraldo Eduardo Guedes de. O desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde no Brasil e no mundo: contexto histórico, tipologias e marcos legais. *Revista Sustinere*, v. 13, n. 2, p. 1046-1077, 2025.

FRERES, Samuel Cândido et al. Fatores associados à depressão e à síndrome de burnout em profissionais de saúde de unidades de pronto atendimento. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 5, p. 1-11, 2026.

HEIMANN, Moacir Roberto et al. *Geografia econômica do SUS brasileiro: avanços, crises e o papel do Estado*. 2024.

JACKSON FILHO, José Marçal et al. Da segurança e medicina do trabalho à Saúde do Trabalhador: história e desafios da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 2041-2051, 2015.

LOPES, Joana et al. Estratégias de prevenção do burnout nos enfermeiros: revisão da literatura. *Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional Online*, v. 13, p. 122-130, 2022.

MACHADO, Felipe Oliveira et al. A prevenção e manejo do burnout em profissionais da saúde: desafios e soluções para saúde mental no ambiente clínico. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 5711-5720, 2024.

MARTINS, André Luiz Medeiros de Sousa. Saúde e desenvolvimento: o SUS e CEIS orientando a nova industrialização do Brasil. 2023.

MENDES, Maria João; SOBRAL, Filipa; MORAIS, Catarina. Condições de trabalho e stress ocupacional dos profissionais de saúde: comparação entre o primeiro confinamento e o período posterior. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 31, p. 205-229, 2023.

MENDONÇA, Ticiane Teixeira de et al. Precarização do trabalho e Covid-19: repercussões sobre a saúde dos trabalhadores de APS. *Revista de Saúde Pública*, v. 60, p. e115, 2026.

MÉLO, Cláudia Batista et al. e-SUS na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Journal of Health Informatics*, v. 16, n. especial, 2024.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. Trabalho em saúde. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008. p. 427-432.

14

NASCIMENTO, Maria Eduarda Bezerra et al. Impacto do burnout nos profissionais de saúde: desafios e soluções em ambientes de alta demanda. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 1, p. 154-163, 2025.

OLIVEIRA, Júnia Benedita Souto et al. Profissionais do Atendimento Pré-Hospitalar: aspectos ergonômicos e psicossociais. 2025.

OLIVEIRA, Luana Martins. Estratégia de influência: um estudo dos atos de concentração econômica realizados por hospitais e planos de saúde no Brasil. 2024.

OLIVEIRA, Olívia Vicente de; SILVA, Maria Ester Pereira da. Análise sobre os riscos ocupacionais nas atividades dos(as) enfermeiros(as) em estabelecimentos de saúde em geral. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind. O panorama da história da enfermagem na região Sul do Brasil. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 4, n. 3, p. 369-375, 2000.

PASTRANA, Sérgio; SERRA, Isaura. Cuidar de quem cuida: promoção da vacinação nos profissionais de saúde, em *Saúde Ocupacional*. 2022.

PEREIRA, Maiara da Silva et al. A luta contra a demonização das curandeiras: desvendando estigmas como subsídio para o ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo. 2025.

RODRIGUES, Paôlla Layanna Fernandes et al. Organização do trabalho em saúde e as transformações digitais: uma perspectiva comparada entre o Brasil e Portugal. Trabalho, Educação e Saúde, v. 23, p. e03078285, 2025.

SANTOS, Bruna Vasconcelos et al. Estratégias de promoção à saúde mental no trabalho de enfermagem hospitalar: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 13, p. e36, 2023.

SANTOS, Maria Eduarda Pereira et al. Burnout em profissionais de saúde: uma revisão das definições, fatores de risco e estratégias de prevenção. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 9, p. 494-506, 2024.

SANTOS, Miguel Henrique da Silva et al. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde em um hospital público do Maranhão. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 37, 2022.

SILVA, Gabriele Pereira et al. Relação entre os fatores de risco psicossociais e ergonomia: revisão de literatura. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 8, n. 5, p. 1773-1796, 2026.

SILVA, Willian Martins da. Risco psicossocial: violência laboral em serviços de saúde. INTERFERENCE: A Journal of Audio Culture, v. 11, n. 2, p. 7453-7471, 2025.

SOUSA, Liliana Catarina Barroso de. A influência política na construção da profissão e nos cuidados de saúde (1999-2020): experiências de enfermeiras(os). 2025.

15

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Burn-out an “occupational phenomenon”: International Classification of Diseases. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/evidence/burn-out/en/. Acesso em: [inserir data de acesso].